Amazônia, a grandeza que ultrapassa a percepção

*Dra. Sueli Angelo Furlan*

Mauro do Nascimento

**Realidades amazônicas**

Qual é ou quais são as realidades atuais das florestas amazônicas? A mais extensa floresta tropical úmida do mundo não é apenas a exuberância das florestas e suas águas. A região vem sofrendo agressões dos mais variados tipos, que resultaram em mudanças não só observadas no meio ambiente, como também na estrutura e nas condições de vida das populações locais.

Podemos identificar esses contrastes analisando dois cenários descritos pelos jornalistas a seguir:

“A geografia que passa pela janela do meu carro é feita de traços monótonos e desoladores.” [...] “A vegetação é parca, constituída em sua maioria de pastos e lavouras de soja, salpicadas de esqueletos secos de grandes castanheiras que jazem nos campos.” [...] “A paisagem morta é o preço de um século de ocupação predatória dessa porção ocidental da Amazônia.” (VARANDA e VARANDA, 2009, p. 57)

O texto acima contrasta com a visão de Roquete Pinto, repórter da Comissão Telegráfica do Marechal Rondon em 1917, que descreveu: “Margeando os grandes rios, ou adornando os mananciais, a mata, por toda parte, cresce e domina; conforta com sua sombra e seus frutos; espanta com suas formas” (VARANDA e VARANDA, 2009, p.58).

O que mudou? Por que mudou? Como proteger esse imenso patrimônio socioambiental? A resposta a essas perguntas nos coloca a discussão do que está ocorrendo com a Floresta Amazônica nas últimas décadas. Demanda também apresentar algumas alternativas econômicas ou modelos de produção potencialmente menos impactantes, tais como o extrativismo florestal madeireiro e não madeireiro e os sistemas agroflorestais.

**Floresta ou florestas?**

A Amazônia corresponde às áreas drenadas pelos Rios Amazonas (Negro e Solimões), Araguaia-Tocantins, Orenoco, Essequibo e outros, entre as maiores bacias hidrográficas da região. Sinteticamente, o conjunto de florestas tem como características principais:

1. Floresta tropical úmida ocorre abaixo de 1.500 metros de altitude.
2. Amplitude térmica não ultrapassa 2oC.
3. Quantidade de horas de sol entre o dia mais longo e o dia mais curto pouco varia.
4. Chove pelos menos 1.500 milímetros ao ano em pelo menos 130 dias por ano.
5. Umidade relativa do ar é, em geral, superior a 80% na maior parte do ano.

É conhecida de três maneiras:

* Amazônia Biológica − Domínio das terras baixas florestadas da Amazônia e bioma amazônico; inclui todas as tipologias de florestas e representa 49% do Brasil.
* Região Norte – Território de seis dos sete Estados da Região Norte (Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins) e representa 44% do Brasil.
* Amazônia Legal − Conceito criado em 1953 pela Constituição Federal da época, inclui os mesmos seis Estados da Região Norte mais a faixa do Estado do Mato Grosso, que abrange 59,78% do Brasil.

A Amazônia biológica pode também ser subsetorizada em sete subprovíncias florísticas: Costa Atlântica, Jari/Trombetas, Xingu/Madeira, Roraima/Manaus, Noroeste/Alto Rio Negro, Solimões/Amazônia Ocidental e Sudeste. A região amazônica é caracterizada principalmente por sua cobertura florestal, fato que tem, por um lado, atraído a atenção dos exploradores, que procuram transformá-la em fonte de riqueza, e, por outro lado, a floresta foi considerada como o maior entrave ao desenvolvimento econômico capitalista da região.

É importante lembrar que o domínio amazônico é, ao mesmo tempo, um dos últimos grandes e ricos espaços pouco povoados do planeta e um dos ecossistemas mais complexos e vulneráveis do planeta, o “que torna o seu desenvolvimento uma incógnita e um desafio às ciências mundial e nacional” (BECKER, 1996). Os problemas ecológicos e de pobreza que se configuraram no recorte territorial da Amazônia legal não existem em função do nível de desenvolvimento, mas sim do modelo adotado. É essencial, portanto, a busca de um estilo de desenvolvimento que nos seja desejável. (FERREIRA e SALATI, 2005, p. 28).

**A exploração da floresta**

A exploração das riquezas da floresta amazônica é um desafio. Vieira *et al.* (2005) apresentam os valores referentes à perda da biodiversidade da floresta amazônica provocada pelo desmatamento. Os números são realmente significativos e causam admiração. Por exemplo, entre 1.175.850.000 e 1.437.150.000 árvores foram cortadas; para as aves, estima-se que entre 43 milhões e 50 milhões de indivíduos foram afetados; além de haver entre 914.550 e 2.116.530 primatas afetados.

Esses valores foram obtidos multiplicando as densidades de espécies pelo total da área desflorestada. Os cálculos basearam-se no total desmatado no período de 2003/2004 num total de 26.130 quilômetros quadrados, as estimativas consideraram que na Amazônia existam aproximadamente 40 mil espécies de plantas, mais de mil espécies de aves e 14 gêneros de primatas, podendo-se registrar até 14 espécies de primatas por quilômetro.

Entretanto, não são esses os valores divulgados e a população em geral recebe apenas a “estimativa de perda de floresta na Amazônia, a qual é realizada com o uso de imagens de satélite e medida em quilômetros quadrados. O que não se conhece é quanto de recursos naturais se perde a cada quilômetro quadrado de floresta destruída” (VIEIRA *et al.*, 2005, p. 154).

O que fica claro é que não se pode ver e quantificar a questão ambiental da região amazônica apenas pelo lado do desmatamento. Ele é na realidade apenas parte de um processo muito mais complexo e que tem ramificações nas questões sociais, econômicas e políticas, tanto no contexto local como também nacional e internacional.

Não é possível pensar em alternativas de preservação para a Amazônia sem que antes se tenha solucionado as questões socioeconômicas das outras regiões brasileiras, pois a Amazônia não pode ser considerada como alternativa para alívio de pressões sociais das outras regiões, como ocorreu num passado recente da história brasileira.

É necessário desenvolver alternativas de geração de emprego e renda para a população amazônica. Porém, se isso for feito de modo que sirva apenas como um gerador de fluxo migratório, o que vai ocorrer na verdade é a multiplicação e a ampliação dos piores problemas sociais e ambientais comuns à região e que há muito tempo vêm incomodando a população da região e do país, principalmente o desmatamento, as queimadas e a violência no campo.

**Ameaças à Floresta Amazônica?**

O desmatamento manteve nos últimos anos um comportamento bastante variável (Figura 1), com oscilações que chegaram próximo a 30 mil quilômetros quadrados em 1995, reduzindo muito nos dois anos seguintes. Posteriormente, manteve-se durante o final da década de 1990 e início da década seguinte, atingindo o pico em 2004 com mais de 25 mil quilômetros quadrados. Nos anos seguintes, observou-se novo período de declínio, que se encerra em 2008, com um novo aumento nas taxas de desmatamento. “A taxa de desmatamento na Amazônia Legalbrasileira para o período de 2007/2008 estimada pelo Inpe foi de 11.968 quilômetros quadrados,o que representa um aumento de 3,8% em relação à taxa de 2006/2007, de 11.532 quilômetros quadrados” (INPE, 2008, p 22).

Nos levantamentos de 2012/2013 a degradação florestal acumulada no período (agosto de 2012 a fevereiro de 2013) atingiu 1.091 quilômetros quadrados (MARTINS, *et al.,* 2013). Os valores caem, mas são significativamente grandes e cumulativos. Compare: o município de São Paulo (cidade mais populosa do Brasil) possui uma área de 1.523 quilômetros quadrados. Ou seja, em seis meses, desmatou-se quase um município de São Paulo na Amazônia. Isso é redução? Ano a ano sempre se tira mais um pouco, degrada-se mais um pouco!

Segundo o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (BRASIL, 2004), os seguintes aspectos são condicionantes do desmatamento:

1. A pecuária é responsável por cerca de 80% de toda a área desmatada na Amazônia Legal.
2. A disponibilidade de terras baratas e com condições favoráveis quanto à topografia, solo, clima, vegetação e, sobretudo, a infraestrutura de transporte favorecem o desmatamento.
3. As transações fundiárias ilegítimas, fragilidades nos processos de averiguação da legitimidade de títulos e interesses políticos-eleitorais são condições que favorecem a ação de grileiros sobre terras públicas.
4. A extração de madeira tanto de forma legal como clandestina tem facilitado a entrada de grileiros e posseiros, que praticam derrubadas para estabelecer a posse da terra. A exploração madeireira não sustentável chega até 90% de toda a madeira extraída da floresta amazônica.
5. A implantação de rodovias que constituem vias de penetração, possibilitando que o desmatamento atinja áreas cada vez mais no interior da região.
6. A Amazônia tem sido utilizada pelo governo federal para a criação de assentamentos rurais, servindo inclusive como “válvula de escape” para injustiças sociais em outras regiões do país.
7. As unidades de conservação e terras indígenas são de certa forma as únicas alternativas para garantir a existência de grandes espaços contínuos de floresta. O problema é que a grande maioria dessas áreas têm apresentado dificuldades na sua implementação ou na manutenção.
8. A pior constatação retirada do estudo apresentado pelo GT está relacionada com o mau uso dos recursos, desperdício propriamente dito, de uma parte considerável das riquezas da Amazônia, pois mais de 25% da área total desmatada na região, em torno de 165 mil quilômetros quadrados (valores para 2004), encontram-se abandonados ou subutilizados, muitas vezes em estado de degradação.

A lista de estudos que avaliaram os efeitos da ocupação humana na Amazônia é imensa e, devido às condições que a região amazônica apresenta quanto a extensão, complexidade de interações ecológicas e sociais, torna quase impossível que em único estudo individualizado seja capaz de apresentar e avaliar todos os problemas gerados pela exploração da Amazônia. (Figura 2)

**Há alternativas de exploração viáveis para Amazônia?**

Os modelos atuais de exploração econômica da Amazônia apontam para uma condição onde predominam os problemas. É fundamental destacar e valorizar que existem exemplos de atividades que conciliam a exploração dos recursos naturais com a justiça social, com viabilidade econômica e principalmente com a preservação da natureza. Três métodos já conhecidos e empregados em quantidade e intensidade diferentes são sintetizados a seguir:

**Os SAFs – Sistemas Agroflorestais:** forma tradicional de agricultura desenvolvida há séculos e, por que não dizer, há milênios, se considerarmos que esse sistema já era utilizado pelos povos nativos da região mesmo antes da chegada do colonizador. Ab’Saber (2006, p. 100) descreve um SAF (Sistema Agroflorestal) como a melhor alternativa para a manutenção das florestas biodiversas da Amazônia. Essa proposta não elimina o desmatamento, porém busca reduzi-lo ao máximo, bem como procura estimular a policultura empregando principalmente o cultivo de elementos nativos novos, como o açaí, a pupunha e o cupuaçu, além dos já tradicionais, como cacau, castanha, guaraná e mandioca, entremeadas por essências madeireiras.

**Extrativismo de Produtos Florestais Não Madeireiros – PFNM:** o extrativismo é entendido como uma forma arcaica de exploração da natureza e, portanto, deve ser substituído por outra que garanta o desenvolvimento da região. É lógico que, para os padrões atuais em termos de produção, preço e estrutura para comercialização, é preciso uma mudança de cenário para o extrativismo amazônico, superando as condições de precariedade na produção, a baixa remuneração ao produtor e os riscos de abandono da atividade e a opção por práticas menos conservacionistas. Existe uma lista de produtos florestais não madeireiros (PFNM) que basicamente constituem uma lista de frutos, sementes, fibras, látex, óleos e resinas, bambus além de plantas medicinais.

A variedade de espécies nativas que podem ser extraídas da floresta é grande (Tabela 1) e com usos bem variados, que vão desde a fonte de alimento com consumo direto (frutas) ou beneficiados (palmito) a até mesmo como material de construção, palha para o telhado de residências, além do consagrado e promissor uso na medicina, com a possibilidade de descoberta de importantes medicamentos.

1Entretanto, a exploração dos PFNMs não é imune a problemas. Por serem, na maioria dos casos, artigos obtidos diretamente da natureza, com pouca ou nenhuma tecnologia, os produtos estão sujeitos às variações naturais da própria espécie. A isso se somam ainda outras condições, tais como impossibilidade de uniformização do material; fornecimento regulado pelas condições ambientais e biológicas de cada espécie; problemas com fornecedores (comunidades) − normalmente pouco ou mal organizados −; dificuldades de comercialização e abastecimento devido à ação de intermediários e às distancias; ausência de fiscalização sanitária, o que reduz a qualidade higiênica; a escala de produção nem sempre atende às necessidades do mercado consumidor; e, por último, existem os entraves burocráticos oriundos das dificuldades na obtenção de licenças ou no custo para elaboração dos planos de manejo.

O manejo florestal: garantir um uso mais apropriado para os produtos florestais, principalmente quanto à madeira, que, por ter um custo baixo, é normalmente empregada de forma extensiva na construção civil, conforme apresenta o manual de madeira publicado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), intitulado *Madeira: Uso Sustentável na Construção Civil* (IPT, 2009). O Instituto chama a atenção para a opção pela compra de madeira certificada como forma de preservar os estoques de madeira na floresta, uma advertência importante, pois a indústria da construção civil é considerada a maior consumidora de madeira tropical no Brasil. Nesse caso, deve-se dar, à origem da madeira, a mesma atenção dada à qualidade e ao preço.

A situação ambiental da região amazônica é bastante problemática. Desmatamento descontrolado, biodiversidade em risco, empobrecimento da população e, sobretudo, certa insegurança quanto ao futuro tanto socioeconômico quanto ambiental, tendo em vista que as atuais políticas públicas para a região não sinalizam claramente o que vai ser mais valorizado, se é a questão socioambiental ou a opção pelo desenvolvimento econômico baseado na agricultura comercial de exportação.

Atualmente, sabe-se que existem alternativas de produção para a Amazônia que não geram degradação ambiental e, que ao mesmo tempo, possibilitam a geração de emprego e renda para as populações, da mesma forma que não se deve alimentar uma fobia aos outros modos de produção (soja, biocombustível etc.), desde que eles sejam desenvolvidos nas áreas ecologicamente mais apropriadas e sob pesada orientação e controle.